



Câmara Municipal de São José do Barreiro

RUA TENENTE MAGALHÃES, 109

LEI Nº 355/83 de 30/11/83

(Projeto de Lei nº 99 de 14/11/83)

" DÁ NOVA REDAÇÃO AO CODIGO TRIBUTÁRIO DO MUNICIPIO DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO - SP E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS "

A CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO BARREIRO, D E C R E T A:

ARTIGO 1º - No artigo 10º, do Código Tributário Municipal, fica incluído o parágrafo 3º, com a seguinte redação: " o terreno sem construção, será beneficiado com o abatimento do Imposto Territorial Urbano, de acordo com o seguinte:

- I - Terreno com muro de alvenaria. 20%
- II - Terreno com muro de outras espécies. 10%
- III - Terreno sem quaisquer muros. 60%

ARTIGO 2º - O Artigo 31, do Código Tributário Municipal, passa a vigorar com a seguinte redação: "A base de cálculo / do IPU - Imposto Predial Urbano -, é o valor venal do imóvel , abrangendo a área total do terreno e, a construção ou edificação nele existente, conforme planta de valores do Cadastro Imobiliário do Municipal, aplicando-se ao dito valor venal, a alíquota de 0,5% (meio por cento) de acordo com a seguinte fórmula:

$$IPU = V_{vic} \times 0,5$$

onde:

IPU = Imposto sobre a Propriedade Predial Urbano;

V_{vic} = valor venal do imóvel construído, inclusive terreno;

0,5 = Alíquota

ARTIGO 3º - O artigo 110, do Código do Município de / São José do Barreiro, passa a vigorar com a seguinte redação: / " A taxa de Conservação de Rodovias Municipais, tem como fato /



Câmara Municipal de São José do Barreiro

RUA TENENTE MAGALHÃES, 109

24

gerador os imóveis beneficiados direta ou indiretamente, com a conservação das rodovias pela municipalidade.

§ 1º - Entende-se por beneficiário direto, o proprietário, em que a Rodovia Municipal passa dentro, ou a margem da divisa do imóvel cuja participação no rateio das despesas, será maior.

§ 2º - Entende-se por beneficiário indireto, o proprietário, que se utiliza em parte de determinada Rodovia Municipal, para ter acesso ao seu imóvel, cuja participação no rateio das despesas será menor.

§ 3º - A Taxa será lançada anulamente, e é devida pelos proprietários de terras da zona rural, sendo o lançamento feito em obediência ao rol de contribuintes do Incra - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

§ 4º - A base de cálculo da Taxa de Conservação de Rodovias Municipais será o rateio das despesas realmente realizadas pelo Serviço de Estrado de Rodagem Municipais - // SERM -, com a conservação da malha rodoviária municipal, obedecendo o cálculo, a superfície da propriedade cadastrada, em hectares.

§ 5º - Do rateio das despesas realmente realizadas, serão descontados proporcionalmente, os valores das verbas repassadas ao Município, pelo Estado e União, para fins de conservação de Rodovias Municipais.

§ 6º - Para fins de rateio, as despesas com conservação de rodovias Municipais, serão contabilizadas através de Contas, ou Sub-Contas próprias, com especificação da estrada.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos a partir de 1º (primeiro) de Janeiro de 1.984.

ARTIGO 5º - Revogam-se às disposições em contrário

[Signature]

~~THERESINHA DE JESUS MARTINS TORINO~~ - Pres.